

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

MARIA ALICE VIEIRA PACHECO

**O QUE É SER MULHER? O SENTIDO ACERCA DO GÊNERO FEMININO
PARA MULHERES SERTANEJAS EM UMA PERSPECTIVA
INTERGERACIONAL**

João Pessoa

2017

MARIA ALICE VIEIRA PACHECO

**O QUE É SER MULHER? O SENTIDO ACERCA DO GÊNERO FEMININO
PARA MULHERES SERTANEJAS EM UMA PERSPECTIVA
INTERGERACIONAL**

Monografia apresentada ao Departamento de
Terapia Ocupacional da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial
para conclusão do curso de Terapia
Ocupacional.

Orientadora: Prof. Beatriz Prado Pereira

João Pessoa

2017

P116q Pacheco, Maria Alice Vieira.

O Que é ser mulher? O Sentido acerca do gênero feminino para mulheres sertanejas em uma perspectiva intergeracional / Maria Alice Vieira Pacheco. -- João Pessoa, 2017.

48f.: il. -

Orientadora: Beatriz Prado Pereira.
Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Mulheres Sertanejas. 2. Gênero. 3. Intergeração. 4. Desigualdade de gênero.

BS/CCS/UFPB

CDU: 613.99(043.2)

**FOLHA DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA DA ALUNA MARIA ALICE
VIEIRA PACHECO DEFENDIDA EM 19 DE MAIO DE 2017**



Prof. Beatriz Prado Pereira
Orientadora e presidente da Banca examinadora



Prof. Cláudia Fell Amado
Membro da Banca examinadora



Prof. Iara Falleiros Braga
Membro da Banca examinadora

DEDICATÓRIA

À Vozinha Maria (In memoriam) que me cuidou todos esses dias, à você homenageio e dedico esse trabalho, assim como à todas as sertanejas que refletem nos seus e nos meus olhos.

AGRADECIMENTOS

À luz divina que me guiou até aqui e aos meus pais que construíram todo o caminho;

As mulheres que colaboraram com a pesquisa e que dividiram um pouco de si e da sua vida para a construção desse trabalho;

À Painha, que guiou o meu caminho como a menina dos seus olhos, grata por toda a compreensão, a paz, o diálogo e o amor compartilhado;

À Mainha, obrigada por toda a força e coragem de me impulsionar a caminhar, grata por cuidar de tudo enquanto eu não estava e por todo o amor que me cuida;

À minha família e aos meus amigos que me protegem e se fazem motivos para guiar os meus sonhos, o meu caminhar e a minha felicidade, apesar de tantas saudades;

À Tati, gratidão por todo o amor que nos uniu, compreendeu e acolheu. Obrigada por todos os sorrisos, todas as noites em claro, todas as músicas de “bad” e o caminhar lado a lado;

À Letícia, pelo carinho, chocolates e massagens;

À Bia, gratidão imensa pela compreensão, carinho e parceria. Como também, por ser uma educadora que fez desse processo o mais bonito possível;

À Cláudia Fell e Iara Falleiros, que aceitaram fazer parte da construção desse processo;

Ao apartamento 102, que se fez lar através de vocês: Letícia, Tati e Viviana;

À minhas amigas Larissa e Sheyla, estou finalizando a caminhada que começamos juntas e desde tão pequenas, obrigada por sermos essa unidade e irmandade;

As minhas pequenas afilhadas Mariane e Sophia para que cresçam em um mundo mais justo e igualitário;

À tia Rita, que me teve como filha ao longo desses anos;

À Amanda, pela amizade de todos os tempos;

À Sil, com quem encontrei compreensão, afetividade e apoio. “Porque demoramos tanto a nos conhecer?”

À Mah por toda a luta e companheirismo;

À minha amada “galera do gole” por todos os sorrisos e momentos de afeto;

À Luan (Rei teen), por todo o amor e apoio na construção desse processo;

À Carmosa por me apoiar sempre e zelar como filha;

À tia Maria por dividir comigo sentimentos tão lindos;

Aos professores/professoras e projetos de extensão que se fizeram alento e resistência durante a minha formação. De forma singular a Marília, Bia, Bárbara, Joana e Dhyego por resistirem, ressignificarem, poetizarem e transformarem os espaços e as relações dentro da “dureza” da universidade.

RESUMO

A presente pesquisa se dedicou a estudar o sentido de ser mulher e a da desigualdade de gênero. A partir do entendimento das mulheres e a sua compreensão acerca do gênero feminino dentro de uma perspectiva intergeracional, no contexto do sertão nordestino. Teve como objetivo geral apreender a concepção e o entendimento de mulheres sertanejas a respeito da construção de gênero. Possibilitando identificar as possíveis opressões de gênero no cotidiano dessas mulheres e compreender a percepção do feminino em faixas etárias distintas (adolescentes, adultas e idosas). A pesquisa cuja abordagem metodológica se configura como qualitativa, preocupou-se com o universo dos significados e com a compreensão de questões da realidade e da subjetividade dessas mulheres. Como procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa de campo utilizou-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Desse modo, foram entrevistadas seis mulheres residentes da cidade de Conceição, na Paraíba que estavam inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Os dados foram analisados segundo referenciais teóricos e metodológicos da sociologia, da perspectiva de gênero e da intergeração buscando reflexões a partir de categorias para a análise dos dados, fundamentando críticas, reflexões e vivências das participantes, que foram: duas adolescentes, duas adultas e duas idosas, todas residentes no sertão paraibano. Os resultados demonstram percepções acerca dos papéis exercidos por elas, mulheres na sociedade contemporânea e apontam a capilaridade das lutas femininas e denunciam as desigualdades e violências vivenciadas por serem mulheres. Faz-se necessário à criação de espaços de escuta, que discutam e reflitam as questões raciais, regionais, de classe e de gênero, assim como, estratégias de enfrentamento e superação da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres Sertanejas; Gênero; Intergeração; Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The present research focused on the theme of the sense of being a woman and of gender inequality. From the understanding of women and their understanding of the feminine gender from an intergenerational perspective, in the context of the northeastern backlands. Its main objective was to understand the conception and the understanding of sertanejas women about the construction of the feminine gender in an intergenerational perspective. Making it possible to identify possible gender oppressions in the daily life of women and to understand the perception of women in different age groups (adolescents, adults and elderly). The research whose methodological approach configures itself as qualitative was concerned with the universe of meanings and with the understanding of questions of the reality and the subjectivity of these women. As a methodological procedure for the development of field research, a semi-structured interview was used as a data collection instrument. Thus, six women from the city of Conceição, in Paraíba, were interviewed, who were included in the Service of Coexistence and Strengthening of Links. The data were analyzed according to the theoretical and methodological references of sociology, from the perspective of gender and intergeneration seeking reflections from categories for data analysis. Based on critiques, reflections and experiences of the participants, which were: two adolescents, two adults and two elderly women, all living in the Sertão of Paraíba, the results demonstrate conceptions about the roles they play, women in contemporary society, the capillarity of women's struggles and Denounce the inequalities and violence experienced by women. It is necessary to create listening spaces that discuss and reflect racial, regional, class and gender issues. As well as, coping strategies and overcoming violence against women.

Keywords: Sertanejas Women; Genre; Intergeneration; Gender inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SCFV- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

TCLE- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. INTRODUÇÃO.....	14
2.1 Percepções sobre o gênero feminino.....	14
2.2 Concepções acerca da intergeração.....	15
3. METODOLOGIA E A COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	18
3.1 Aspectos éticos.....	18
3.2 Local e Seleção das colaboradoras da pesquisa.....	19
3.3 Procedimento metodológico.....	21
3.4 Análise de dados.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
4.1 Perfil das mulheres colaboradoras da pesquisa.....	22
4.2 O que é ser mulher? Transformações: lutas, direitos e protagonismo feminino.....	23
4.3 Violência contra a mulher: gritos que ressoam no cenário sertanejo nordestino	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	37
7. APÊNDICES.....	40

1. APRESENTAÇÃO

O estudo realizado teve como temática o sentido de ser mulher e as relações de desigualdade de gênero. A proposta teve como intuito buscar o entendimento, a percepção e a compreensão dos sentidos que essas mulheres davam por serem mulheres adolescentes, adultas e idosas, moradoras do sertão paraibano. A abordagem e escolha desse grupo populacional e intergeracional, se constrói na tentativa de abarcar as diversas opiniões e vivências em torno daquilo que chamamos de “ser mulher” e os diversos outros aspectos, que podem estar relacionados com esse significado atribuído por elas.

O interesse por essa temática, surge desde o primeiro período da minha história na universidade, onde tive a oportunidade de experimentar teorias, práticas e vivências que me dimensionaram e conduziram ao tipo de formação em que acredito. Vinda do alto sertão da Paraíba que de tão “alto” é quase Ceará e sem conhecer meu papel social enquanto universitária e profissional. Ao chegar a João Pessoa e ocupar o lugar de estudante, pude enxergar através da extensão universitária baseada na metodologia Freiriana¹ que ter um diploma ou um título respingava antes de tudo em percepções de ser, estar e formar o mundo.

Dessa forma, comecei a entender que é possível uma formação profissional que seja sensível e embebida de vínculo, amorosidade e corresponsabilização política e social. Compreendi que o lugar de universitária que ocupo é “terra” de poucos e poucas e que a universidade é também um reflexo de um sistema de hierarquização. Percebi que o meu papel além de profissional, era de cidadã, e que a academia precisava assumir o seu papel social, retribuindo ações para aqueles e aquelas que não a acessam.

Portanto, percebendo o meu lugar enquanto mulher, sertaneja, universitária e cidadã, e considerando o saber e o conhecimento que me foi oportunizado, foi central o questionamento de como é ser mulher para aquelas que estão no lugar de onde eu vim: qual o sentido em ser mulher? Qual o sentido em ser mulher sertaneja? Como são as formas de enfrentamento da desigualdade de gênero? Assim, desejo que este estudo seja transformado, mesmo que em forma de pesquisa, em uma devolutiva social e política da universidade pública para a sociedade.

¹ Metodologia Freiriana, é o conjunto de teorias e práticas baseadas nos pressupostos teóricos do educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire.

“O destino de uma mulher é ser mulher”

Clarice Lispector

2. INTRODUÇÃO

2.1 Percepções sobre o gênero feminino

A conceituação de gênero é plural, sendo discutida e analisada sobre várias óticas que ultrapassam a dualidade do feminino e o masculino em uma lógica biologizante, dando espaço a todas as implicações políticas, sociais e culturais, ou seja, pode-se considerar que a construção do gênero é social e culturalmente construída para a definição do que é ser homem e mulher na sociedade, bem como daquilo que denominamos de masculino e feminino. Segundo Louro (1996),

Gênero (assim como a classe ou a raça) é mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis), sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas (p.12).

A categorização de gênero do ponto de vista social é considerada uma ferramenta política a partir de concepções que analisam a discussão de gênero e suas implicações nas relações desiguais dentro da sociedade. Louro (1996) afirma que: a categoria gênero é “uma ferramenta política” (p.2), pois permite a apreensão do caráter social do gênero, o que remete a discussão para o campo social (visto que é no âmbito da sociedade que se produzem e reproduzem relações desiguais e hierarquizadas entre os sujeitos) e não apenas para o campo da natureza, pois não é nesse campo que as justificativas para as desigualdades deveriam ser buscadas.

A autora Lerner (1987) apresenta as diferenças entre os conceitos de sexo e de gênero, sendo sexo uma perspectiva biológica e gênero uma definição cultural,

“Sexo é o dado biológico para homens e mulheres. Gênero é a definição cultural do comportamento definido como apropriado aos sexos em uma dada sociedade em um dado tempo. Gênero é um conjunto de papéis culturais; portanto é um produto cultural que muda com o tempo” (LERNER, 1987, p.10).

Especificamente, na conceitualização do gênero feminino, Saffioti (1999) resgata a famosa frase do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1980) “*On ne nait pas femme, on le devient*” traduzida como “Ninguém nasce mulher, torna-se” e contextualiza que a frase foi uma das primeiras manifestações do conceito social de gênero. Nessa direção, “é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é

dados pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (SAFFIOTI,1999, p.160).

Para Colling (2014, apud STREY, et al., 2014),

O feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, é destinado ao espaço privado; ao masculino-cultura, política, razão, justiça, poder, o público. Esta dicotomia constitui uma oposição desigual entre homens e mulheres, caracterizando a sujeição destas aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal e igualitária (p. 22).

Tilly (1994) considera que a sociedade ainda define a mulher a partir do sexo biológico, mas que essas estão inseridas em estruturas sociais distintas, o que configura também estruturas de poder. Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente, com idades diferentes, em diferentes situações familiares, pertencentes a classes sociais, nações e comunidades distintas; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder (TILLY, 1994).

2.2 Concepções acerca da intergeração

Atualmente, para a conceitualização de intergeração é necessário destacar as diferentes perspectivas acerca do termo “gerações”. No presente estudo essas percepções não se apresentam vinculadas ao conceito de geração tão somente no âmbito familiar, mas enquanto um processo social, a luz de opiniões de mulheres distintas, que não possuem vínculo parental, todavia carregam reflexões da época que pertencem e que delineou as reflexões a respeito do sentido de ser mulher. Dessa forma, “o termo geração se refere ao fenômeno de pessoas com idades similares, que vivenciam um problema histórico concreto, de experiências comuns com o sistema político, social, econômico e cultural” (LAUFER; BENGTON,1974, p.177 apud REZENDE et. al, 2003).

Para Guardo (1982) apud Rezende et al. (2003), geração é a expressão coletiva e o reflexo de estágios de mudança no desenvolvimento da personalidade, no comportamento e nos valores, em um grupo etário num período de tempo específico (p. 177).

Motta (2010) pontuam uma definição de geração a partir de uma vertente sociológica, ou macrossociológica, designando-a como um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal. As autoras também apresenta um sentido de geração que se trata da representação de uma posição e atuação de um indivíduo em seu grupo de idade ou socialização no tempo em um sentido dinâmico e instável.

Domingues (2002) conceitualiza a temática de gerações inicialmente de uma ordem biológica-nascimento e morte, não em uma perspectiva reducionista, mas de compreensão histórica. Apresentando a relevância de três elementos: a idade biológica, a idade cronológica e os estágios de maturação, além de considerar a experiência vivida, a reflexão e as posições sociais dos indivíduos e coletividades. Relações estas que perpassam o âmbito familiar, como também, o entendimento de coortes – “grupos de pessoas nascidas em momentos próximos e que atravessam estágios sucessivos ao mesmo tempo” (DOMINGUES, 2002, p.75).

O mesmo autor define que o conceito de que geração não se designa isoladamente, mas a partir da interação com outras gerações em que cada uma delas esboça sua identidade e contribui na construção de outras. “É nesses processos interativos que as gerações se moldam e são moldadas” (DOMINGUES, 2002, p.75). O autor ainda apresenta um conceito de gerações que são definidas primariamente por compartilharem uma posição biológica, nesse sentido o nascimento e a morte, sem que possam ser necessariamente reduzidas a isso.

Magalhães (2000), considerando a expressão de cortes demográficas define gerações, como:

são mais que coortes demográficas. Envolvem segmentos sociais que comportam relações familiares, relações entre amigos e colegas de trabalho, entre vizinhos, entre grupos de esportes, artes, cultura e agremiações científicas. Implicam estilos de vida, modos de ser, saber e fazer, valores, ideias, padrões de comportamento, graus de absorção científica e tecnológica. Comporta memória, ciência, lendas, tabus, mitos, totens, referências religiosas e civis (MAGALHÃES, 2000, p.37).

O que legitima a intergeracionalidade é que embora cada geração possua interesses próprios que são decorrentes das suas vontades pessoais, das influências sociais, econômicas, políticas e culturais, essas também podem apresentar interesses comuns. Carvalho (2012) considera que é por conta dessa diversidade que surge a

possibilidade da transmissão e aquisição de novos saberes, a partir das semelhanças e diferenças de cada geração.

A partir da colocação destes autores a respeito de gerações, podemos entender do que se trata a intergeração. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), a palavra “intergeracional” é um adjetivo de dois gêneros e designa que “ocorre entre diferentes gerações”. Dessa forma, o termo “inter” trata-se de um elemento de formação de palavras que exprime a ideia de “posição intermediária, reciprocidade, intercostal, interação” e o termo geracional nos remete a ideia de “conjunto dos indivíduos nascidos na mesma época, o espaço de tempo (aproximadamente 25 anos) que vai de uma geração a outra”.

Já Neri (2005) defende o conceito de intergeracional como um termo utilizado para se referir às relações que ocorrem entre os indivíduos pertencentes a diferentes gerações, que envolve toda a vida social dos indivíduos, perpassando seus contextos familiares.

A importância da intergeracionalidade se dá ao entendermos que a aproximação das gerações tem como objetivo o trabalho social que busca destruir as barreiras geracionais, a fim de eliminar preconceitos e vencer discriminações, através da retomada uma retomada do senso de solidariedade e coletividade.

Diante disso, a intergeracionalidade traz consigo a abordagem na pesquisa de gerações de mulheres adolescentes, adultas e idosas. Para definição das faixas etárias, utilizou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (2015) que designa como adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos. O Estatuto do Idoso (2013) define como idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Considerou-se aqui mulher adulta com faixa etária entre 18 e 60 anos, fundamentada pelo fim da adolescência aos 18 anos considerando o ECA e o início da velhice a partir dos 60 anos conforme define o Estatuto do Idoso.

Devido aos poucos materiais encontrados especificamente de mulheres sertanejas urbanas, o estudo buscou um entendimento aprofundado do sentido de ser mulher nesse contexto a partir de uma perspectiva intergeracional no município de Conceição/PB. Além disso, foi importante identificar as possíveis opressões de gênero vivenciadas no cotidiano dessas mulheres e compreender suas percepções acerca do feminino em faixas etárias distintas (adolescente, adulta e idosa), visando novas reflexões que suscitem o debate afim da superação de estigmas e opressões por gênero.

3. METODOLOGIA E A COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa teve como abordagem a metodologia qualitativa, com o interesse em compreender a realidade sobre “o que é ser mulher” para mulheres que residem no sertão e como estas se veem no papel feminino no contexto em que estão inseridas, sob a ótica de três gerações distintas.

A abordagem qualitativa preocupa-se com o universo dos significados e com a compreensão profunda de questões subjetivas relativas ao gênero feminino, que não podem ser mensuráveis tampouco quantificadas. Essa abordagem, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma trajetória (GOLDENBERG, 2004).

Segundo Minayo (2001),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.1 Aspectos Éticos

Considerando o Conselho Nacional de saúde, para a garantia que os procedimentos estivessem protegidos pela ética na pesquisa com seres humanos, foram respeitados, sempre, os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes (BRASIL, 1996). Foram considerados os riscos que as entrevistadas poderiam sofrer e algum tipo de desconforto, que poderiam surgir, mediante à lembrança da trajetória de vida e/ou percurso de vida.

No entanto, a pesquisa traz como benefícios a possibilidade de criação de espaços de reflexões e debates acerca do gênero feminino, dos papéis ocupados por

mulheres e da visão destas diante da realidade em que estão inseridas. Além disso, contribuí com as publicações visibilizando a temática que é pouco estudada no contexto local. Foram considerados os riscos e benefícios para a população envolvida, prezando pelo cuidado com as informações colhidas durante os processos (BRASIL, 1996).

Desse modo, foram realizadas as entrevistas com as mulheres que, após o convite, se disponibilizarem para o estudo, sendo para isso informadas sobre os procedimentos mediante diálogo com a proponente. As participantes, assim como, as responsáveis pelas adolescentes, por terem idade inferior à 18 anos foram solicitadas a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação da pesquisa (Apêndice I), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os pais ou responsáveis (Apêndice II) e as adolescentes o Termo de Assentimento (Apêndice III).

As participantes foram esclarecidas inicialmente que a participação no estudo era voluntária em concordância com o regulamento para participação na pesquisa, de acordo com o que preconiza o Comitê de Ética em Saúde da Universidade Federal da Paraíba. O presente estudo foi avaliado e aprovado por este comitê. O uso dos termos de Consentimento e Assentimento visa garantir a preservação da autonomia de escolha, como também, a confiabilidade das informações fornecidas. Para isso segundo Fortes (1994), o consentimento deve ser livre, voluntário e consciente, não comportando vícios e erros. A informação revelada deve ser compreendida, não sendo suficiente que a pessoa seja mera receptora.

3.2 Local e Seleção das colaboradoras da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Conceição, na Paraíba localizado na mesorregião do sertão paraibano, à cerca de 485 quilômetros da capital João Pessoa. A população estimada era de 18.363 sendo 9.120 homens e 9.243 mulheres, a maioria feminina (IBGE, 2010).

A seleção das mulheres ocorreu a partir das listas de usuárias matriculadas nos grupos² oferecidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) um programa pertencente ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os grupos se dividiam de acordo com as faixas etárias: Grupo de crianças e adolescentes,

² A escolha dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, decorreu do entendimento por ser um serviço que oferece oficinas e grupos para as três gerações de mulheres utilizadas na pesquisa (adolescente, adulta e idosa) e por ser um dispositivo que aborda questões sociais.

Clube de mães (Adultas) e Grupo de idosas. As matrículas realizadas até o dia 13 de fevereiro de 2017 foram organizadas de forma aleatória em uma lista, onde continham os nomes, idades e os telefones das usuárias.

O levantamento foi feito pela pesquisadora junto com a coordenadora do SCFV e considerou os critérios de inclusão da pesquisa, sendo eles: ser do sexo feminino; estarem inscritas no programa SCFV; serem residentes no sertão, na cidade de Conceição/PB; aceitarem participar da pesquisa. Foram encontradas 56 matrículas para os grupos destinados a crianças e adolescentes. Das 56 matrículas, foram excluídas 26 que eram do sexo masculino, restando 30 matrículas para compor esse grupo. Porém, 14 foram excluídas pois tinham idade inferior a 12 anos, restando então, 12 adolescentes.

Já no grupo das adultas, as matrículas apresentavam 11 mulheres inscritas que se encaixavam nos critérios de inclusão da pesquisa. No grupo de idosas tinham 30 inscrições, sendo um homem. Foram excluídas quatro idosas por não apresentarem a idade igual ou superior a 60 anos. Restando 25 idosas matriculadas, dentre essas, apenas 4 tinham contato telefônico.

Posteriormente, a partir da lista pré-estabelecida com as mulheres que estavam dentro dos critérios de inclusão, foram selecionadas de forma aleatória 2 mulheres de cada grupo (duas adolescentes, duas adultas e duas idosas) afim, de conversar sobre a temática da pesquisa. O convite se deu via contato telefônico iniciado pela coordenadora do SCFV, e em seguida a pesquisadora apresentou os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração delas.

Após o contato telefônico e em seguida o contato inicial com as colaboradoras da pesquisa, foi acertado a data, o local e o horário para a realização das entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada participante. Conforme a disponibilidade das colaboradoras, duas das pesquisas foram realizadas nas casas das participantes, devido a dificuldades de locomoção e preferência das participantes. O restante foi feito no SCFV, na cidade de Conceição/PB, em uma sala reservada, no contraturno ao horário de funcionamento local. Todas as entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro de 2017, gravadas e transcritas na íntegra pela pesquisadora.

Primeiramente, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e explicado os objetivos da pesquisa, utilizando uma linguagem acessível ao público destinado, com o intuito de facilitar a compreensão da temática a ser pesquisada. Posteriormente, as colaboradoras foram convidadas a dialogar sobre o tema apresentado, sobre sua história de vida e a percepção de ser mulher no contexto do

sertão, sendo norteadas através dos subtemas contidos no roteiro (Apêndice IV) da pesquisa. As entrevistas foram gravadas, com a utilização de um gravador de voz.

3.3 Procedimento metodológico

Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Com a finalidade de compreender questões relativas à percepção feminina de gênero dentro de uma perspectiva intergeracional, no contexto do sertão nordestino. Seguindo o pensamento de Duarte (2004) sobre a importância das entrevistas:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. [...] elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade (p. 215).

Além disso, se tem como pressuposto uma valorização da experiência dos sujeitos com os quais lidamos, com sua linguagem, seu contexto, e por se tratar de pesquisa comprometida com questões sociais, temos, em concordância com Caria (2003), a preocupação em fazer da pesquisa, um espaço para ampliar a capacidade reflexiva dos nossos sujeitos.

O roteiro utilizado para guiar as entrevistas e facilitar o diálogo pesquisadora/entrevistada. O roteiro inicialmente foi composto pela identificação (dados pessoais) da participante da pesquisa. Em seguida, foi constituído por perguntas que perpassam o sentido de ser mulher; as perspectivas intergeracionais; as diferenças/desigualdades de gênero; o cotidiano/vivências da mulher sertaneja e os dispositivos sociais acessados por essas mulheres.

3.4 Análise dos Dados

Os dados foram analisados segundo os referenciais teóricos e metodológicos da sociologia e da filosofia, buscando levantar categorias de análise para embasarem as principais questões a serem discutidas. O estudo teórico utilizado permite fundamentar as vivências e os conteúdos trazidos pelas colaboradoras ao longo das entrevistas, dando possibilidade para que o estudo tenha uma dimensão crítica, como um recurso que se

coloca para compreensão das questões levantadas e a possibilidades de reflexão existentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil das mulheres colaboradoras da pesquisa

Foram entrevistadas seis mulheres, todas residentes da cidade de Conceição/PB. As idades variam entre 15 e 78 anos. O relato das trajetórias de vida das participantes da pesquisa, rememoram sentimentos, expressões, reflexões e críticas acerca da temática de gênero e das percepções de si mesmas enquanto mulheres e os papéis que ocupam. Dessa forma, reafirmando o caráter qualitativo da pesquisa. As falas perpassaram o sentido e significado de ser mulher sertaneja na sociedade contemporânea, a mudança do papel social feminino e a descrição e concepção de desigualdades de gênero.

A primeira participante da pesquisa foi Maria Inês³, 63 anos de idade, é natural e residente do município de Conceição/PB. É aposentada, trabalhava como costureira e estudou até o 5º ano do ensino fundamental. A segunda participante, Maria do Rosário, 78 anos de idade, é natural e residente do município de Conceição/PB. É aposentada, trabalhava como técnica de enfermagem e cursou até o ensino técnico completo. A terceira participante, Maria de Fátima, 34 anos de idade, é natural de Mauriti/CE e residente do município de Conceição/PB. Trabalha como empregada doméstica e estudou até o 8º do ensino fundamental.

A quarta participante, Maria Rosa, 15 anos de idade, é natural e residente do município de Conceição/PB. Cursa o 1º ano do ensino médio. A quinta participante, Maria Laura, 15 anos de idade, é natural de Campina Grande e residente do município de Conceição/PB. Cursa o 1º ano do ensino médio. A sexta participante, Maria Lúcia, 32 anos de idade, é natural e residente do município de Conceição/PB. Trabalha como empregada doméstica e possui o ensino médio completo.

³ Os nomes utilizados são fictícios a fim de garantir o anonimato e sigilo dos participantes, Os nomes foram escolhidos de acordo com a sugestão de uma das participantes, que expressou que: “todas somos Marias”.

4.2 O que é ser mulher? Transformações: lutas, direitos e protagonismo feminino

Pra descrever uma mulher
Não é do jeito que quiser
Primeiro tem que ser
sensível
Senão, é impossível
Quem vê por fora,
não vai ver
Por dentro o que ela é
É um risco tentar resumir
Mulher...

(Mulher- Elba Ramalho)

Os relatos desse estudo acerca do questionamento o que é ser mulher, declaram em sua maioria que ser do gênero feminino é sinônimo de movimento constante e luta por direitos igualitários. Ao definir-se como mulher em uma perspectiva intergeracional, as falas das colaboradoras unem compreensões de que o papel da mulher na sociedade vem se modificando, portanto ocupando espaços que eram exclusivos para homens, em esferas políticas, educacionais e de trabalho.

O significado de ser mulher para as entrevistadas une percepções singulares que se assemelham ao traduzir-se em expressões como: “ter liberdade”, “lutar mais pelas coisas”, “ser independente”, “ser forte”. Descritas através das falas em uma perspectiva de gerações distintas (adolescentes, adultas e idosas), respectivamente:

Para mim é de alguma forma, representar para as pessoas como é, porque a gente é de uma maneira diferente, ser mais batalhadora, lutar mais pelas coisas. A gente até pode fazer mais coisas que o homem [...] Eu acho que o homem tinha mais direito as coisas que as mulheres, era mais excluídas por que não sabia (Maria Laura, 15 anos).

Ser mulher acredito que seja, é [...] vamos supor, ser uma pessoa mais assim especial, diferente, é [...] que a mulher também é capaz de se manter sem ter um homem também, ela é capaz disso. Então, dizem que a mulher é um sexo frágil, mas eu não vejo esse lado, então eu acho que ser mulher é um sexo forte. Eu percebi que realmente eu sou uma pessoa forte, uma mulher forte, guerreira, batalhadora e que sou capaz de alcançar qualquer objetivo (Maria Lúcia, 34 anos).

Para mim mulher é uma pessoa, como é que se diz muito ativa nesse mundo de hoje, é uma mulher que tem liberdade. Já antigamente não tinha essa liberdade e hoje a gente já como é que se diz assume

muitas coisas, a vida da mulher hoje estar participando de tudo, na justiça, na educação, na saúde e no campo (Maria do Rosário, 78anos).

Ah, ser mulher é muito bom. Apesar das dificuldades, né, do dia a dia, mas é bom [...] Ser guerreira, batalhadora, ter responsabilidade com as coisas (Maria Inês, 63 anos).

As expressões das entrevistadas afirmam uma mudança no protagonismo feminino, enquanto representação pública e social. Dessa forma Santos (2009) conceitualiza protagonismo em uma visão ampliada em que este:

[...] assume um caráter de classe, portador de mudanças, possui caráter universalizante e tem o conflito como conceito inerente ao processo. Protagonismo como conceito inerente, igualmente, à construção de um pensamento autônomo, livre e ao mesmo tempo comprometido com a prática social (SANTOS, 2009, p.32).

Diante disso, Pedro e Guedes (2010) descrevem que o movimento feminista defende as mulheres enquanto sujeitos sociais, sendo “personagens” principais de sua história:

O protagonismo do movimento feminista amplia a presença das mulheres na cena pública na luta pela garantia de direitos conquistados e ampliação de novos direitos. Trata-se, entretanto, de um movimento que não se consolida à revelia da construção do conceito de gênero, uma conquista das mulheres, mas sim na consolidação das mulheres enquanto sujeitos sociais e protagonistas de sua história (PEDRO; GUEDES, 2010, p.8).

Já a adolescente Maria Rosa (15 anos) em contraponto às definições de “ser mulher” atribuída pelas demais participantes, define que esta “*É muito bom, é vaidade, se cuidar*”. E se percebe enquanto mulher através da identificação de “*Menina calma, legal, atraente*”. Maria Rosa define-se de forma a corroborar com os padrões de beleza pré-estabelecidos para as mulheres, reafirmando sua compreensão no relato enquanto mulher em uma perspectiva futura “*Espero que eu seja bonita e com o corpão*”.

Maria de Fátima (34 anos) acrescenta que ser mulher significa ocupar um papel de importância na vida dos homens, como também ser responsável pela maternidade:

Eu acho que a mulher é uma pessoa muito importante para os homens e para nós mesmas mulheres. Porque a mulher realmente é quem dá a

vida para todas as pessoas, a mulher é quem dá a vida a outras vidas, eu me sinto muito bem sendo mulher, muito valorizada, e também devemos nos valorizarmos por sermos mulheres. Tem mulheres que esperam os homens lhe ajudar, e as mulheres de hoje em dia tem que elas mesmas se ajudarem e não esperar os homens. Eu mesma procuro uma maneira de me sustentar para não está esperando por ele. A gente tem que procurar um serviço pra não depender de homem, a gente tem que estudar muito para poder também, não está esperando por ninguém e correr atrás das coisas que queremos conquistar na vida (Maria de Fátima, 34 anos).

A partir das falas das entrevistadas que definiram o significado de ser mulher como sinônimo de resistência ao citarem “ser batalhadora”, “ser guerreira”, “poder fazer mais coisas que os homens”. Houve movimentos que lutaram e lutam por igualdade entre os gêneros, como o movimento feminista. Que é um fenômeno de caráter intelectual, filosófico e político, que busca quebrar concepções de padrões/paradigmas de dominação e desigualdade de gênero. Costa (2005) define o feminismo, enquanto um movimento social moderno, e surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos.

Nessa perspectiva Pinto (2010), define o feminismo como,

Um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (p.2).

O movimento feminista possui três marcos históricos que subdividiu as reivindicações e lutas femininas e se subdividiu em três ondas:

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto (PINTO, 2010, p.2).

No Brasil o movimento feminista também iniciou- se com a conquista pelo direito político e luta pelo voto, direito esse que é reconhecido e refletido na fala de dona Maria do Rosário ao se descrever como mulher que atualmente tem conhecimento dos seus direitos:

Era muito ruim a pessoa que não tinha conhecimento, hoje a pessoa tem conhecimento de tudo, você já sabe se dirigir as pessoas, já sabe

o que é o seu direito [...] antigamente as mulheres não sabiam quais eram os direitos delas, a mulher não votava. Mulher só servia para ser empregada doméstica e ser mãe (Maria do Rosário, 78 anos).

Monzeli (2013) descreve a chamada segunda onda do feminismo como o momento em que as “demandas políticas e coletivas deram lugar às subjetivas e individuais, apontando que as representações da visão de mundo relacionadas à arte, à ciência e à vida social eram masculinizadas” (p.11). A segunda onda também objetivou assegurar direitos, a valorização das mulheres e o surgimento de políticas de direito ao corpo e contra a violência.

A terceira onda do feminismo é marcada pela ampliação da participação política da mulher. Como também, concentra-se na: “análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.649).

Dessa forma, após as ondas do movimento feminista, houveram transformações e conseqüentes modificações dos papéis ocupados por mulheres na sociedade contemporânea. Desse modo, a participante Maria Laura (15 anos) relata:

Acho que era bem diferente, tinham muitas coisas que mudaram de lá para cá. Acho que antes tinham muitas dificuldades, a mulher antes ela sofria mais, não era muito exposta na sociedade, agora a mulher é mais exposta na sociedade, ela tem os seus direitos e acho que mudou várias coisas por isso (Maria Laura, 15 anos).

Portanto, essa fala ressalta as mudanças do papel feminino, quanto ao acesso aos direitos que foram conquistados ao longo de décadas e que atualmente reflete na “exposição” da mulher na sociedade, ao ocupar papéis e lugares, que hegemonicamente pertenciam aos homens. Desse modo, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres da ONU, dispõe:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. 5).

Nessa perspectiva, Maria Inês (63 anos) comenta sobre o papel político ocupado por mulheres na sociedade atual:

O homem quer sempre ser mais de que a mulher, mas a mulher está conseguindo fazer as mesmas coisas que os homens fazem, a mulher pode fazer também. Já tivemos até presidenta mulher, coisa que antes não existia, mulher está dando um passo a mais e se brincar ela passa a frente (Maria Inês, 63 anos.)

Seguindo o pensamento de Maria Inês (63 anos) ao citar o papel político da mulher, é necessário resgatar que esse iniciou-se com a conquista do direito de voto. A Lei nº. 12.034/2009 estabelece normas acerca dos partidos político e dispõe sobre a participação feminina. No parágrafo 3º do Art. 10 dispõe: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

Nessa perspectiva, o inciso IV do Art. 45, que trata dos fins da propaganda partidária gratuita, “promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)”. O documento Plataforma Mais Mulheres no Poder, conceitualiza o papel da mulher na política brasileira:

A política institucional, ou seja, os espaços de poder clássicos dos sistemas políticos democráticos – representados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – é uma das esferas sociais das quais as mulheres estão mais afastadas. A política é historicamente dominada pelos homens e as mulheres têm dificuldades de se ver participando deste espaço. Isso porque permanecem em grande medida vigentes os papéis de gênero tradicionais e a divisão sexual do trabalho.” (p. 2). As mulheres são mais da metade da população brasileira e das pessoas habilitadas a votar. No entanto, não chega a 10% a sua presença no Parlamento brasileiro (BRASIL, 2016, p.4).

As falas das entrevistadas recordam, assim como, refletem o protagonismo feminino expressado em estruturas políticas, cargos de trabalho, participação e atuação no âmbito das políticas públicas. Como também, em expressões de direito ao corpo e em debates de gênero. Dialogar sobre protagonismo feminino é antes de tudo discutir equidade e igualdade de acesso.

Protagonizar é não silenciar as mulheres que historicamente foram antagonistas de sua vida social. E que galgaram durante anos para ter vez, voz, espaço e direitos em todos os lugares sem distinção de gênero. No entanto, cabe ressaltar que mesmo diante

destas garantias conquistadas, a mulher ainda tem salários menores do que os homens, como também, possuem pouca representatividade na política.

4.3 Violência contra as mulheres: gritos que ressoam no cenário sertanejo nordestino

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres DE 2011, a violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Dessa forma, a Política expõe que homens e mulheres sofrem violências de formas diferentes, os homens são atingidos pela violência em espaços públicos e as mulheres em espaço privados, como os próprios lares.

A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual (BRASIL, 2011, p.11).

Considerando as diversas formas de violências que as mulheres são submetidas em diversos contextos, as colaboradoras expressaram as violências que viram e vivenciaram:

Tem homem que é muito violento e pode até bater na mulher. Meu pai quando era junto com minha mãe já aconteceu isso também, é muito doloroso a gente vê ele batendo na própria mãe da gente. Fazia de tudo para não deixar ele bater na minha mãe, porque minha mãe é minha mãe. Para falar a verdade quando ele soube da gravidez minha ele não quis saber tanto assim de mim (Maria Laura, 15 anos).

Algumas vezes já vi, por a mulher querer que o homem fosse mais presente na família e ele não aceitar, não queria isso, ele achava que ele era livre no que ele queria, aí [...] eu acho que aconteceu esse tipo de violência. Assim é revoltante, por ver aquilo, mas eu não tinha como ajudar, mas eu acho uma injustiça (Maria Laura, 15 anos).

Já sofri, mas me fuge um pouco a lembrança. Quando eu fui casada primeiro, eu já tive praticamente um estupro do meu próprio esposo, isso para mim já foi um preconceito da parte dele, porque de fato ele não me respeitou, ele não respeitou a minha vontade. Realmente eu não queria, e ele chegou a praticar esse ato e muitos outros também, porque eu sempre respeitei muito meu marido e ele sempre dizia que eu não respeitava, dizia que eu tinha outros, sempre um ciúme machista. O que tinha de amor gerou um nojo. Não foi ódio, foi nojo, peguei minhas coisas, abandonei ele e segui em frente, fiz de conta que não aconteceu nada, porque para mim ele estava sendo um animal, não um homem. Porque quando um homem tem uma mulher ele respeita e ele não me respeitou (Maria Lúcia, 32 anos).

Nunca aconteceu nada comigo e espero que nunca aconteça, e nem com ninguém próximo a mim, aliás com mulher nenhuma. Porque é difícil a gente passar por isso. Algumas tentam recomeçar, mas tem outras que não conseguem (Maria de Fátima, 34 anos).

Eu vejo que sofre por ser mulher e que ainda existe machismo, tem homem ruim! É o que mais a gente ver passando nas televisões. É horrível! Precisa mudar (Maria Inês, 63 anos).

Eu acho que não deveria haver essa perseguição as mulheres. Apesar que tem delas que erram, mas a mulher deveria ser punida no erro, mas não injustamente. (Maria do Rosário, 78 anos).

Os relatos expõem principalmente a violência física e sexual. Abaixo, o significado mais abrangente de violência definido por Teles e Melo (2003), como:

Uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio. É uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente (p.15)

As autoras abordam o significado de estupro sendo o “ato de constranger alguém a ter relações sexuais, sem desejo e sem consentimento, mediante o uso da força física, psicológica ou graves ameaças” (TELES; MELO, 2003, p.41). O abuso sexual é relatado nas falas de Maria Lúcia (32 anos) que foi violentada pelo próprio marido, em que o agressor usou de poder e dominação sobre ela. Quando questionada sobre o “ciúme machista” do marido, ela conta:

Assim eu acho que devido a idade, ele achava que por eu ser nova ia sair pegando qualquer um. Ele achou que era velho e não ia ser capaz de ter uma mulher e de se relacionar (Maria Lúcia, 32 anos).

Essa expressão é reflexo da culpabilização da vítima em casos de violência contra a mulher e especificamente em relações afetivas. Dessa forma, Teles e Melo (2003) definem:

A legislação Brasileira não prevê o direito da mulher se recusar a ter relações sexuais com o marido, diferente da lei porto-riquenha que estabelece como crime a agressão sexual que obriga a mulher ou companheira a praticar relações sexuais contra a sua vontade e sem seu consentimento, mediante o uso da força física, intimidação ou ameaça de lhe causar grave e imediato dano corporal. Tal legislação é uma iniciativa de vanguarda, pois cria instrumento para romper com a ideia milenar de que mulher é propriedade do marido e que pode ser usada como um objeto sexual (p.42-43).

Para Safiotti (1997), no caso específico da violência masculina contra a mulher, “o agressor parte da premissa de que a mulher é tão-somente o objeto de suas ações” (p.69). Assim sendo, a autora define que “dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação” (SAFIOTTI, 1997, p.70).

A violência sexual também é citada por Maria do Rosário (78 anos) ao contar que antigamente os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no núcleo intrafamiliar eram frequentes, resultando por vezes em gravidez não consentida.

Vi crianças, mocinhas violentadas, feito filhos nelas sem vontade, já houve muito isso. Padrasto, pegando as enteadas e fazendo sexo, tudo isso eram violências contra a mulher e contra as crianças também. Aqui no sertão mesmo já houve muito dessas coisas (Maria do Rosário, 78 anos).

A partir da criação da Constituição Federal de 1988, houve uma mudança de paradigmas e de garantia de direitos para crianças e adolescentes. Dando a devida relevância ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) define essa mudança como: “Uma resposta ao clamor de vários movimentos sociais que solicitavam uma ação formal do Estado brasileiro à violência sexual contra crianças e adolescentes, que se configurava como uma violência velada, pouco discutida e pouco assumida pelas políticas públicas” (p.7)

Desse modo, o ECA prevê o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual:

Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:
I – diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;
II – amparo médico, psicológico e social imediatos;
III – facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;
IV – profilaxia da gravidez;
V – profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST);
VI – coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;
VII – fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis (BRASIL, 1990; 2015).

Nessa perspectiva de enfrentamento a violência contra as mulheres, a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) dispõe acerca da eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e legaliza ações no âmbito da assistência hospitalar, judiciária, multidisciplinares e das medidas protetivas. No artigo 7º da Lei supracitada são definidas as formas de violência física, psicológica e sexual:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

A colaboradora Maria do Rosário (78 anos) cita a criação da lei Maria da Penha e relata:

Eu achei que foi muito boa essa lei da Maria da Penha, a mulher tem mais segurança e a gente antigamente não tinha isso (Maria do Rosário, 78 anos).

A violência doméstica apresenta-se na forma de violência sexual expressada nas falas de Maria do Rosário (78 anos) e Maria Lúcia (32 anos). A violência física foi presenciada pelas adolescentes Maria Laura (15 anos) e Maria Rosa (15 anos) no contexto familiar e comunitário.

Para a colaboradora Maria Inês (63 anos) o sofrimento feminino é atribuído ao machismo que é definido por Drumont (1980) como “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre

homem e mulher” (p.81). O conceito de machismo partindo do pressuposto de supremacia e dominação masculina para com as mulheres é expressado nas mais diversas formas de violência e desigualdade de gênero.

Com isso, Maria de Fátima (34 anos), descreve uma situação de assédio que vivenciou no ambiente de trabalho:

Já aconteceu comigo uma vez e eu nunca falei para ninguém. Minha irmã desde os 15 anos trabalhava na casa e uma vez ela me convidou para trabalhar com ela em João Pessoa. Ela me colocou na casa de um pessoal que eu nunca tinha visto, então eu cheguei lá, a mulher era muito rebelde e o marido dela era pior que ela. Não é porque você tem uma empregada que você pode tratar ela de todo jeito, você tem que tratar bem, porque ela está fazendo as coisas para você. Ela saía para trabalhar e o esposo dela ficava em casa, quando foi um dia eu estava na cozinha e ele no pergolado apenas de roupão, se amostrando para o meu lado. Eu liguei para a minha irmã chorando e disse que não ficava mais ali de jeito nenhum, porque eu estava “cheia” dele, não passei nenhuma semana. Minha irmã foi me buscar e eu vim embora, desde esse dia eu não trabalhei mais em casa de família, comecei agora de novo. Eu tenho medo de ir trabalhar nas casas e os homens querer não é. Porque tem homem que é desse jeito, a mulher contrata, fica amiga da gente e os homens por trás são outras pessoas. Ele não botou o pé em cima da parede do pergolado e abriu o roupão. Eu fiquei como se meu mundo tivesse caído, eu nunca tinha visto aquilo, eu era nova, fiquei horrorizada quando vi. Depois desse dia eu disse: nunca mais eu fico nessa casa.

Segundo o código penal brasileiro no artigo 216-A, assédio sexual é definido como: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

A condição de opressão e coerção vivenciadas por mulheres no ambiente de trabalho que culminam em violência, por vezes fundamentam-se por ideais de dominação por gênero e superioridade de classe e posição. Desse modo, a Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011) conceitualiza:

Assédio Sexual- a abordagem, não desejada pelo outro, com intenção sexual ou insistência inoportuna de alguém em posição privilegiada que usa dessa vantagem para obter favores sexuais de subalternos ou dependentes (p.24).

Outra forma existe de violência no cenário laboral, é descrita por Maria Lúcia (32 anos):

Teve uma casa em que trabalhei, senti que por eu ser pobre e eles ter condições de vida, eles tinha nojo de mim, pela minha cor, por ser morena, ter nojo de pobre. Eu estava cuidando das filhas dessa pessoa, as crianças estavam assistindo, e eu como babá, estava

observando, porque criança sempre mexe em uma coisa ou outra. E essa pessoa que é um familiar das crianças entrou com cara de nojo, dizendo que o lugar estava fedendo. Ai eu caladinha sai, e deixei essa pessoa na responsabilidade de olhar as crianças. Eu nem sequer era adulta, não era nem moça, era quase uma criança.

A colaboradora descreve a violência racial, como também a desigualdade de classe vivenciadas no ambiente de trabalho. Para Saffioti (1987) “no emprego doméstico remunerado, setor em que as negras predominam, encontram-se brutais discriminações” (p.73).

Para Godinho e Silveira (2004) a realidade das mulheres negras intensifica as desigualdades e opressões relacionadas ao gênero e a raça, dessa forma relata:

Preconceito e discriminação não são questões apenas subjetivas, fazem parte da vida concreta dos indivíduos: expressam-se no corpo, no trabalho, no lazer etc. Assim, crenças, estigmas, mitos e realidade se confundem, provocando uma repetição de fatos que reafirmam a continuidade do racismo e do machismo (p. 123).

A Lei nº 12.288 de julho de 2010 do Estatuto da Igualdade Racial, dispõe:

Art. 1º garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais (BRASIL, 2003).

As falas das colaboradoras expressam situações específicas vívidas por elas no ambiente de trabalho. Além dessas situações, o ambiente de trabalho é um cenário de precarizações e desigualdades de gênero feminino, como diferenças salariais e dupla jornada de trabalho caracterizada pelo trabalho doméstico enquanto função feminina. Além disso, o difícil acesso a profissões que historicamente são ocupadas por homens, como também, as mulheres ocupam posições de sub-representação em cargos superiores.

Sobre a violência de gênero, Godinho e Silveira (2004) conceitualiza:

A violência doméstica, o assédio sexual e o estupro são fenômenos amplamente distribuídos por todas as classes sociais e presentes em todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Assim, o paradigma das desigualdades econômicas, das classes sociais ou do padrão de desenvolvimento não produziu, por si só, um entendimento pleno das origens da violência de gênero e, conseqüentemente, sua superação não poderia se limitar às políticas redistributivas. Trata-se, portanto, de identificar e reconhecer a existência de uma violência específica, de gênero, cuja fonte principal repousa nos valores sexistas e androcêntricos, isto é, no plano da cultura (p.146).

As autoras abordam as diferentes formas de violência contra a mulher e como esses fenômenos perpassam gerações, sociedades e classes. Apresentando-se enraizados em uma cultura violenta e de submissão feminina. Os relatos das participantes rememoram e expõem os cenários de violências contra as mulheres, sejam estas sertanejas ou de qualquer outra região. Veladas ou não, as desigualdades sociais, raciais e de gênero compõe o cenário nordestino, ferem e matam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou compreender o que é ser mulher no sertão nordestino e as implicações e ressonâncias que compõe ser do gênero feminino. Compreender o significado de ser mulher na visão das colaboradoras, é também entender questões do contexto em que estão inseridas, as violências e desigualdades que perpassam. Escolher, pesquisar, discutir temáticas de gênero se propõem como contra hegemônico as pesquisas de Terapeutas Ocupacionais com formação paraibana, cuja as bases estruturantes do currículo advêm de visões reducionistas.

Dessa forma, o estudo atravessou fragilidades principalmente no sentido de referencial teórico próximo a realidade das colaboradoras, como também acerca da conceitualização de intergeração que é debatida no campo da Filosofia e Sociologia internacional, dificultando o acesso ao acervo. A diversidade dos relatos une saberes e conhecimentos, de mulheres idosas que vivenciaram as conquistas femininas na sociedade, adultas que foram vítimas de situações violentas e adolescentes que se reconhecem como mulheres vaidosas e que ao mesmo tempo cresceram em lares e contextos comunitários violentos, que nem sequer percebem a violência instituída.

Superando todas as adversidades que se apresentaram ao longo desse processo, foi possível através da experiência na inserção no campo de pesquisa, um olhar mais atento, curioso, cuidadoso e sensível as diversidades e singularidades dos sujeitas e suas coletividades. Dessa forma, considerar experiência e vivenciar o campo da pesquisa, traduz-se nas falas de Jorge Bondía em “Notas sobre experiência e o saber de experiência”:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro (2002, p. 24).

Anseia-se que o estudo corrobore com a discussão, reflexão e enfrentamento das diversas formas de desigualdades e violências. É necessário pensar práticas e estratégias que ampliem o olhar profissional e não o limite a uma visão reducionista. Espera-se que

o conhecimento sistematizado nesse estudo colabore com a criação de políticas públicas que possibilitem dar visibilidade a mulheres que não compõem as classes hegemônicas e dominantes da sociedade. Como também, que a compreensão de estudos de bases sociais dialogue com as práticas de saúde, educação, justiça e assistência social. Por fim, que os profissionais possam ir a campo não somente para compreender e coletar dados, mas fazer destes uma devolutiva social em espaços de formação e práticas coletivas.

6. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BONDÍA, J. L. Notas sobre experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Barcelona, n. 19, p. 20 – 28, 2002. Tradução de João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF: 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm >. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução 196/96. 1996.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de **dezembro** de 1940. **Código Penal**.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)** [recurso eletrônico]. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria de políticas para mulheres. **Plataforma Mais Mulheres no Poder**. 2016.

CARIA, T. A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteira. In: CARIA, T. (Org.). **Experiência etnográfica em ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 9-20.

CARVALHO, M. C. B. N. M. Relações Intergeracionais: Alternativa para minimizar a exclusão social do idoso. **Revista Portal de Divulgação**, São Paulo, n.28, p.86, 2012.

COSTA, A. A. A.; O Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n.2, p. 09-35, 2005.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v.14, n.1, p.67-89, 2002.

- DUARTE, R.. Entrevistas em pesquisas qualitativas **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.
- DRUMONT, M.P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 81-85, 1980.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Regis Ltda. 2004.
- FORTES, P. A. C. **Reflexões sobre a bioética e o consentimento esclarecido**. Bioética, Brasília, v. 2, p. 129-135, 1994.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250440&search=%7C%7Cinfogr%25E1ficos%3A-informa%25E7%25F5es-completas>. Acesso em: abril de 2017.
- LERNER, G. The creation of patriarchy. New York; **Oxford: Oxford University Press**, 1987.
- LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MAGALHÃES, D. N. **O Anel Mágico: o Repasse entre as gerações**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatuto do Idoso**. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora MS, 2013.
- MONZELI, G. A. **Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens trans**. São Paulo: UFSCAR, 2013.
- MOTTA, A. B.. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento**. Sociedade e Estado. v. 25, p. 175-184, 2010.
- NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.
- NERI, A. L. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas-SP: Alínea, 2005.
- ONU. Declaração e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. 1993. Disponível em <
<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%2>

OMundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: **10/04/2017**

PEDRO, C. B; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Londrina, ISSN 2177-8248, 2010.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e poder. **Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)**, v. 18, p. 15-23, 2010.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, I. G, KROM, M., YAMADA, M. O. A Repetição Intergeracional e o Significado Atual da Deficiência Auditiva. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2003, Vol. 19 n. 2, pp. 177-184.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. Ed. Moderna. São Paulo, p.120, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.2, p.157-163, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. . Violência de Gênero: O lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 2, 1997.

SANTOS, C. A. Educação do campo e políticas públicas: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo, na luta pelo direito à Educação. **Dissertação**. p.1-109, 2009.

STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Org.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é violência contra a mulher?**. São Paulo: Brasiliense, 2003. v. 1.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social, **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, p.29-62, 1994.

7. APÊNDICES

Apêndice I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a).....

Esta pesquisa é sobre “O Que É Ser Mulher? O Sentido Acerca do Gênero Feminino para Mulheres Sertanejas em uma Perspectiva Intergeracional” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Maria Alice Vieira Pacheco, aluna do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Prof.^a Beatriz Prado Pereira.

Os objetivos da pesquisa são analisar a concepção e o entendimento de mulheres sertanejas acerca da construção do gênero feminino a partir de uma perspectiva intergeracional no município de Conceição/PB; descrever o cotidiano da mulher no sertão; identificar as possíveis opressões de gênero vivenciadas por mulheres no município; compreender a percepção de mulheres acerca do feminino em faixas etárias distintas.

Ao realizar este trabalho, temos como finalidade contribuir com informações que possibilitem reflexões a partir da sistematização dos dados e discussões relacionadas com questões de gênero feminino com o recorte de três gerações distintas. A presente pesquisa traz uma temática pouco estudada no contexto local e se propõe a dar visibilidade ao debate de gênero a partir da realidade trazida pelos relatos de vida das mulheres sertanejas para dentro do campo da discussão social. Visando a produção de novos estudos sobre a temática.

Solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa, através de entrevista semiestruturada acerca de sua vivência enquanto mulher residente no sertão paraibano, assim como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de saúde e social e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Devido à publicação dos resultados, informamos que, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012, essa pesquisa oferece riscos mínimos, como qualquer pesquisa que apresenta questionários e/ou entrevistas, mas que não são nocivos para a sua saúde. Caso haja algum desconforto durante a entrevista,

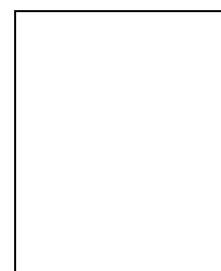
informamos que você poderá interromper sua participação a qualquer momento, e só voltar a fazê-lo se assim o desejar e da maneira como julgar conveniente.

Salientamos que a entrevista seja gravada, e os dados ficarão guardados no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba por 5 anos e, após esse período, serão descartados, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas Pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, eu
declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa



Espaço para
impressã
o
dactilosc
ópica

Atenciosamente,

Pesquisadora Prof.^a Beatriz Prado Pereira
Pacheco

Pesquisadora Maria Alice Vieira

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora orientadora Prof.^a Beatriz Prado Pereira: (83) 32167996/ 996161653; beatriz.pradop@gmail.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou para a Pesquisadora Maria Alice Vieira Pacheco: (83) 996190483; mariaalice.to@outlook.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☐ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a).....

Esta pesquisa é sobre “O Que É Ser Mulher? O Sentido Acerca do Gênero Feminino para Mulheres Sertanejas em uma Perspectiva Intergeracional” e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Maria Alice Vieira Pacheco, aluna do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Prof.^a Beatriz Prado Pereira.

Os objetivos da pesquisa são analisar a concepção e o entendimento de mulheres sertanejas acerca da construção do gênero feminino a partir de uma perspectiva intergeracional no município de Conceição/PB; descrever o cotidiano da mulher no sertão; identificar as possíveis opressões de gênero vivenciadas por mulheres no município; compreender a percepção de mulheres acerca do feminino em faixas etárias distintas.

Ao realizar este trabalho, temos como finalidade contribuir com informações que possibilitem reflexões a partir da sistematização dos dados e discussões relacionadas com questões de gênero feminino com o recorte de três gerações distintas. A presente pesquisa traz uma temática pouco estudada no contexto local e se propõe a dar visibilidade ao debate de gênero a partir da realidade trazida pelos relatos de vida das mulheres sertanejas para dentro do campo da discussão social. Visando a produção de novos estudos sobre a temática.

Solicitamos a sua autorização para a colaboração da jovem no qual você é responsável para participar desta pesquisa, através de entrevista semiestruturada acerca da vivência da mesma enquanto mulher residente no sertão paraibano, assim com sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de saúde e social e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome da jovem participante será mantido em sigilo.

Devido à publicação dos resultados, informamos que, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012, essa pesquisa oferece riscos mínimos, como qualquer pesquisa que apresenta questionários e/ou entrevistas, mas que não são nocivos para a sua saúde. Caso haja algum desconforto durante a entrevista,

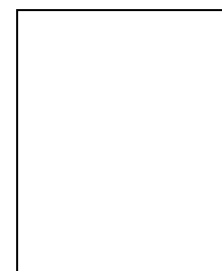
informamos que a jovem participante poderá interromper sua participação a qualquer momento, e só voltar a fazê-lo se assim o desejar e da maneira como julgar conveniente. Salientamos que a entrevista seja gravada, e os dados ficarão guardados no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba por 5 anos e, após esse período, serão descartados, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012.

Esclarecemos que a sua autorização e a participação da jovem no estudo são voluntárias e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas Pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, eu.....

declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para a participação da jovem na pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do (a) Responsável



Espaço para impressão
dático
cópica

Atenciosamente,

Pesquisadora Prof.^a Beatriz Prado Pereira
Pacheco

Pesquisadora Maria Alice Vieira

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora orientadora Prof.^a Beatriz Prado Pereira: (83) 32167996/ 996161653; beatriz.pradop@gmail.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou para a Pesquisadora Maria Alice Vieira Pacheco: (83) 996190483; mariaalice.to@outlook.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☐ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Apêndice III

TERMO DE ASSENTIMENTO

(No caso dos adolescentes entre 12 a 18 anos)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa O QUE É SER MULHER? O SENTIDO ACERCA DO GÊNERO FEMININO PARA MULHERES SERTANEJAS EM UMA PERPESCTIVA INTERGERACIONAL.

Nesta pesquisa pretendemos analisar a concepção e o entendimento de mulheres sertanejas acerca da construção do gênero feminino a partir de uma perspectiva intergeracional no município de Conceição/PB. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é devido à escassez de materiais especificamente de mulheres sertanejas urbanas dentro dos serviços da assistência social, o estudo busca um entendimento aprofundado do sentido de ser mulher nesse contexto, onde se faz necessário novas reflexões que suscitem o debate afim da superação de estigmas e opressões por gênero. Tendo como principais benefícios previstos a possibilidade da criação de espaços de reflexões e debates acerca do gênero feminino, dos papéis ocupados por mulheres e da visão destas diante da realidade em que estão inseridas. A pesquisa tem um cunho político/social e subjetivo que pretende sistematizar discussões relacionadas com questões de gênero com o recorte de três gerações distintas. A presente pesquisa traz uma temática pouco estudada no contexto local e se propõe a dar visibilidade ao debate de gênero a partir da realidade trazida pelos relatos de vida das mulheres sertanejas para dentro do campo da discussão social. Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Inicialmente propõe-se a utilização da técnica da observação participante durante três encontros em cada grupo, no CRAS, registro em diário de campo, com intuito de conhecer a realidade local, o contexto sociocultural que essas mulheres estão inseridas e a dinâmica dos grupos no âmbito da assistência social. Posteriormente prevê-se a aplicação de uma entrevista semiestruturada buscando a participação de duas usuárias de cada grupo com a finalidade de responder questões relativas à pesquisa de uma maneira detalhada. Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Esta pesquisa apresenta os sujeitos selecionados poderão sofrer algum desconforto mediante as questões a eles apresentadas, principalmente, no que se refere à rememoração da trajetória de vida e/ou

percurso de vida. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu,portador (a) do documento de Identidade (se já tiver documento), fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

João Pessoa, de de 20 .

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Assinatura do (a) menor

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora orientadora Prof.^a Beatriz Prado Pereira: (83) 32167996/ 996161653; beatriz.pradop@gmail.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou para a Pesquisadora Maria Alice Vieira Pacheco: (83) 996190483; mariaalice.to@outlook.com. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou: Comitê de Ética em Pesquisa do

Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☐ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Apêndice IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O que é ser mulher? O sentido acerca do gênero feminino para mulheres sertanejas em uma perspectiva intergeracional

Curso de Terapia Ocupacional (UFPB) - 2016/2017
Maria Alice Vieira Pacheco e Beatriz Prado Pereira

APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Idade:

Naturalidade:

Contato:

1. Sobre o sentido de ser mulher;

- Para você, o que significa ser mulher?
- Como você se percebe enquanto mulher?
- E como foi a construção desse sentido?
- Existem diferenças entre mulheres que residem no sertão ou em outros locais? Quais?

2. Sobre as perspectivas intergeracionais;

- Existe diferença em ser mulher na sua idade em comparação com outras mulheres de idades diferentes?
- Para você, como era ser mulher antigamente? Como é hoje?
- Como você se projeta enquanto mulher quando estiver mais velha e como era quando mais nova?

3. Diferença/desigualdade de gênero;

- Existem diferenças entre ser homens e mulheres? Quais?
- Como são essas diferenças para você? Isso acontece em sua vida?
- Tem algum exemplo?
- Você acha que os direitos são iguais para homens e mulheres? Como é para você? Na sua vida?

- Tem algum exemplo?
- Você já sofreu alguma violência que considera ter sido pelo fato de ser mulher?
- Como você enfrentou? Como percebe essas situações?

4. Cotidiano e vivências;

- Como é o seu dia-a-dia como mulher? Descreva suas atividades.
- Você acredita que existem atividades que são específicas para mulheres ou para homens? Quais?
- Você trabalha? Onde?
- Você estuda/estudou? Qual série?
- Você sofre ou sofreu assédio ou opressão em suas atividades?

5. Dispositivos Sociais

- Enquanto mulher como é o seu acesso a serviços de saúde?
- Educação?
- Assistência social?
- Já sofreu algum tipo de preconceito/ assédio nesses espaços? Quais? Tem algum exemplo?

OUTROS COMENTÁRIOS, QUESTÕES, OBSERVAÇÕES